

REFORMA DO ESTADO NO BRASIL - REGULAÇÃO E CONCORRÊNCIA

Aluno: Gustavo Pita Gomes de Castro

Orientador: Marina Figueira de Mello

Introdução

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL estabelece uma política de subsídios regionalmente diferenciada para os consumidores de Baixa Renda.

A partir dos dados coletados pela POF, Pesquisa de Orçamentos Familiares, foi feito um estudo sobre essa classe de consumidores nos estados do Nordeste, Rio de Janeiro e São Paulo. Procurou-se analisar se a alta taxa de perdas comerciais, isto é, fraudes por parte dos consumidores, observada no RJ poderia ser explicada em parte pela inadequação da política regional de subsídios.

Objetivos

Observar a existência de uma correlação entre o alto nível de perdas comerciais nas distribuidoras de energia elétrica do Rio de Janeiro e a incapacidade de pagamento dos consumidores cariocas.

Metodologia

A Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE levanta dados sócio-econômicos dos domicílios brasileiros e na parte relativa ao setor elétrico apura dados relativos à posse de eletrodomésticos, hábitos de consumo e dispêndio com a conta de luz. Os microdados da última POF 2002-2003 foram analisados com o auxílio dos programas SPSS e Matlab.

A Unidade Amostral da pesquisa do IBGE, denominada Domicílio, caracteriza-se como uma moradia estruturalmente separada e com acesso independente. O IBGE considera que dentro de um mesmo domicílio podem existir diferentes Unidades de Consumo. Cada Unidade de Consumo representa uma família, mas para evitar distorções ao comparar os domicílios, optou-se por eliminar a pluralidade de Unidades de Consumo dentro de um mesmo domicílio agregando as posses e gastos das diferentes famílias. Como são exceções, esses casos não se tornaram um empecilho em nossa análise.

Os domicílios incluídos na POF têm consumo medido. Com isso pode-se traçar um perfil dos consumidores de energia elétrica no Brasil ou ainda ampliar essa análise observando diferentes regiões separadamente.

Foram analisados os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e todos aqueles que compõem a região Nordeste como três blocos distintos já que cada uma dessas regiões possui um sistema de tarifas e subsídios diferente. Como o foco da análise é a política de subsídios à Baixa Renda, foram considerados apenas os domicílios com renda per capita de no máximo 120 reais mensais, que poderiam enquadrar-se no Programa Bolsa Família.

Após a seleção dos domicílios foram analisados o consumo médio de energia elétrica, medido em KWh/mês, o valor médio mensal da conta de energia, a posse de eletrodomésticos e a renda per capita.

Observou-se que dentre todas as regiões analisadas, os domicílios do RJ tinham, em média, o maior consumo de energia elétrica, maior posse de eletrodomésticos e também uma conta de energia bem mais elevada. Porém, a renda média dos domicílios de baixa renda do

Rio era menor do que em SP. O Nordeste mostrou um consumo e uma posse bem inferior ao RJ e SP.

Conclusões

A análise dos dados da POF permitiu observar que não só a renda média dos domicílios de baixa renda no Estado do Rio de Janeiro é menor do que em São Paulo, como também o consumo de energia elétrica no RJ é, em média, maior do que em SP.

Como o nível de subsídios do RJ é semelhante ao do Nordeste, onde se observou um consumo bem mais baixo, a participação da conta de luz na renda dos domicílios pobres do RJ torna-se demasiadamente elevada, o que incentiva a fraude no consumo, os populares “gatos”.

Conclui-se que o perfil do consumidor de baixa renda do RJ é similar ao de SP e não ao do NE, de modo que para reduzir as fraudes, são necessárias mudanças na política de subsídios e nas tarifas para adequar o dispêndio com a conta de luz à capacidade de pagamento dos domicílios de baixa renda no estado.